CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0570/79 (DRE-LITORAL nº 02857/78)

INTERESSADO: ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DE PRIMEIRO E SEGUNDO
GRAUS "TARQUINIO SILVA" - SANTOS

ASSUNTO : Recurso das exigências feitas ao Plano Escolar/78 e da
decisão do C.E.E., adotada pelo Parecer CEE nº 858/79

RELATOR : Cons. Bahij Amin Aur

PARECER CEE Nº 988 /80 - CESG - APROVADO EM 18 / 06/80

I- RELATÓRIO

1. HISTÓRICO:

1.1 A Delegacia de Ensino de Santos negou aprovação ao PE/78 da EEIPSG "Tarquinio Silva", de Santos, por não atender às seguintes exigências:

- 1a.) Obrigatoriedade de três aulas semanais de Educação Física em cada série de 1º e 2º graus (FE/78 previa apenas duas aulas semanais a partir da 7a. série do 1º grau);
- 2a.) inclusão de Ensino Religioso no currículo (a Escola entendia estar isenta desta obrigação, por não ser oficial);
- 3a.) exclusão, no Ensino Supletivo, da carga horária de Educação Física do currículo do mínimo de 360 horas por semestre, em virtude de a maioria dos alunos estar dispensada da prática da disciplina

1.2 O Estabelecimento de Ensino apresentou recurso à Coordenadoria de Ensino do Interior que, em manifestação às fls. 60-61, deu razão à Escola quanto aos dois primeiros itens.

1.2.1 Quanto à primeira exigência, diz o seguinte:

"Com relação à obrigatoriedade do item 2.1 (três aulas de Educação Física em cada série) temos a esclarecer que, se por um lado os Pareceres do Conselho Federal de Educação nºs 540/77 e 1703/73, ao interpretarem o Decreto nº 69.450/71, afirmam que não deve ser entendido como norma rígida, por outro lado, esclarecem que aquele Decreto, ao dispor sobre os padrões de referências, estabeleceu um ideal a ser atingido progressivamente: "Os padrões estabelecidos devem ser entendidos, pois, como metas a serem atingidas, dando-se a cada caso o tratamento singular (Parecer CFE nº 540/77)". Assim é que a escola poderá iniciar o curso com menor número de aulas semanais do que o estabelecido como padrão, mas deverá ter a preocupação de progressi-

vamente atingir o ideal de três". Desta forma, a CEI, pelo menos temporariamente, dispensou a Escola da primeira exigência, substituindo-a, antes, por uma recomendação.

1.2.2 Em relação à segunda exigência, foi expresso o seguinte:

"Às fls 57, a ETSP da DEE do Litoral reconsidera o indeferimento quanto à inclusão do Ensino Religioso na organização curricular de escolas particulares, ficando excluída aquela exigência".

Desta forma, esta exigência também foi dispensada.

1.2.3 Quanto à terceira exigência, a CEI solicitou manifestação do Serviço de Ensino Supletivo da CENP, ressaltando-se nesse despacho o seguinte trecho:

"A questão relativa ao Ensino Supletivo, sobre a necessidade de acréscimo da carga horária destinada à atividade "Educação Física" na carga horária total, tem fundamento no Parecer CEE nº 1651/75, que sugere, nos casos de os alunos estarem dela dispensados, a sua redistribuição pelos conteúdos específicos do Núcleo Comum, ou incluir uma Língua Estrangeira Moderna no currículo, com a respectiva carga horária. Esta sugestão permanece válida, na sua totalidade, para os cursos supletivos, modalidade suplência, em nível de 1º grau. No que diz respeito ao, 2º grau, exclui-se a 2a. parte (inclusão de Língua Estrangeira Moderna), uma vez que essa inclusão agora é obrigatória pela Resolução CFE nº 58/76".

1.3 Em 30/03/79, a CEI solicitou o envio do processo a este Conselho Estadual de Educação, onde foi relatado pelo nobre Conselheiro José Augusto Dias, cujo Parecer CEE nº 858/79 foi aprovado, por unanimidade, em Deliberação Plenária, no dia 26/07/79, e publicado no D.O. de 03/08/79, com a seguinte conclusão:

"Pelas razões expostas, somos de Parecer que a Escola de Educação Infantil e de Primeiro e Segundo Graus "Tarquínio Silva", de Santos, deve aumentar a carga horária do curso Supletivo de 2º grau, de forma a completar, no mínimo, 360 horas por semestre, independentemente do tempo dedicado à Educação Física".

1.4 Inconformada, em 05/09/79, a EEIPSG "Tarquínio Silva" recorreu da decisão ao CEE, mediante ofício dirigido à Presidência deste

Colegiado. Nesse ofício, o requerente solicita "a revisão do mesmo Parecer (CEE nº 858/79), visto que nenhum dispositivo legal pode ser alegado em favor da conclusão" e que "o Parecer cria uma norma nova, o que não é aceitável".

1.5 A Direção da EEIPSG "Tarquinio Silva" alega que "a dispensa de Educação Física é direito de alunos" e que "a Lei não faz corresponder a esse direito nenhuma obrigação nova à escola". Afirma, também: "além do mais, não se pode querer que um curso supletivo se proponha ao mesmo a que pode propor-se um curso regular".

2. APRECIÇÃO

2.1 Por um lado, nos deparamos com a realidade do "fato consumado" e devemos considerar a situação dos alunos que já frequentaram a referida Escola durante o período em que o assunto estava em análise e questionamento, os quais, por uma questão social, precisam ter sua vida escolar regularizada, pois não são responsáveis pelo ocorrido.

2.2 Por outro lado, embora efetivamente não exista dispositivo legal que determine com exatidão a conclusão do Parecer CEE nº 858/79, é da competência deste Colegiado emanar normas para o Ensino Supletivo no Sistema Estadual de Ensino, o que dá perfeita validade à argumentação de natureza filosófico-educacional que fundamentou a decisão em pauta.

2.3 Aliás, já em 1975, este Conselho afirmara clara orientação, através do Parecer CEE nº 1651/75, da lavra da nobre Conselheira Irmã Maria da Imaculdada Leme Monteiro, ao responder consultas sobre o Ensino Supletivo ao Grupo de Apoio para a Implantação do Ensino Supletivo da coordenadoria do Ensino Básico e Normal, da Secretaria Estadual de Educação. O referido Parecer, após concluir que "a carga horária total de cada semestre é obrigatória para todos os alunos", recomenda que "no caso de previsão de dispensa de Educação Física para a maioria ou para a totalidade dos alunos, a Escola deverá, conforme o estudo realizado para o planejamento curricular, ou intensificar o mínimo de horas-aula do núcleo comum, o que parece mais recomendável, pelo fato de constituir a parte essencial do curso, do 1º e do 2º graus, obrigatória em âmbito nacional; ou, no caso do 2º grau, em que todos os conteúdos específicos das matérias do núcleo comum não são obrigatórios em todas as séries (§ 2º do artigo 6º da Resolução nº 08/71, do C.E.E.), poderá incluir uma língua estrangeira (inclusão atualmente obrigatória, em Ensino de 2º grau, por força da Resolução CFE nº 58/76), ou outra disciplina que corresponda às necessidades dos alunos e possibilidades do esta-

belecimento".

2.4 Além disso, analogicamente, o mesmo Parecer, ao tratar da inclusão ou não do Ensino Religioso na carga horária mínima dos cursos supletivos, afirma que, "quanto ao Ensino Supletivo, em que o número de horas-aula já é tão reduzido, não convém incluí-lo na carga horária total mínima" do curso. Cremos ser perfeitamente válida a analogia aqui firmada, no assunto, em análise.

2.5 Acrescente-se, ainda, que o Ensino Supletivo, que no dizer do nobre Conselheiro Valnir Chagas, através do Parecer CFE nº 699/72, "encerra, talvez, o maior desafio proposto aos educadores brasileiros pela Lei nº 5.692/71", é de natureza diversa do ensino regular, mas, de modo algum, de outra qualidade.

2.6 Finalmente, como muito acertadamente orienta sobre o assunto em pauta o Parecer CFE nº 504/76, da lavra da nobre Conselheira Edília Coelho Garcia, "é indispensável a compensação de horas dos alunos que, por razões justas, legalmente reconhecidas, não puderem participar das atividades físicas programadas". Pois, como argumenta o referido Parecer, "o que o legislador propõe, nos diversos textos de lei, é a dispensa da parte "prática" das "atividades físicas programadas". Entretanto, "em nenhum momento isso deve ser entendido como uma autorização para que se esvazie a educação física de todo o seu potencial formador. As atividades desportivas, aquelas que exigem do estudante esforço físico, essas, sim, podem e devem ser dispensadas nos casos indicados na Lei. Que a escola, entretanto, utilize sua criatividade substituindo-as por outras, contribuindo ao "desenvolvimento harmônico do corpo e do espírito, concorrendo para formar o homem de ação, física e moralmente sadio".

2.7 A propósito, a nobre Relatora do Parecer CFE nº 504/76 insiste, ainda, em que a educação para a saúde também está incluída no âmbito da Educação Física, nos termos do que foi definido pelo Parecer nº 2.264/75. Aliás, a Educação Física apresenta íntima ligação com os objetivos e conteúdos definidos para a matéria "Comunicação e Expressão". Como muito bem salienta o Parecer nº 853/71, da lavra da nobre Conselheira Terezinha Tourinho Saraiva, ao estudar os objetivos e a amplitude, do núcleo comum, os fins visados em "Comunicação e Expressão" são "o cultivo de linguagens que ensejem ao aluno o contato coerente com os seus semelhantes (comunicação) e a manifestação harmônica de sua personalidade, nos aspectos físico, psíquico e espiritual (expressão)

II- CONCLUSÃO

À vista do exposto, acolhe-se, em parte, o recurso apresentado pela EEIPSG "Tarquinio Silva", de Santos, para os seguintes fins:

- 1 - Considerar regulares os atos escolares praticados pelos alunos, em decorrência do PE/78, até a data da publicação do Parecer CEE nº 858/79, ocorrida em 3/8/79;
- 2 - convalidar, em caráter excepcional, os atos escolares praticados por tais alunos, da data da publicação do referido Parecer até a data de publicação do presente Parecer no Diário Oficial;
- 3 - no entanto, a EEIPSG "Tarquínio Silva", a partir do 2º semestre do ano letivo de 1980, inclusive, deverá aumentar a carga horária do curso Supletivo de 2º grau, de forma a completar, no mínimo, 360 horas por semestre, independentemente do tempo dedicado à prática das atividades físicas programadas, nos termos da doutrina exposta no Parecer CFE nº 504/76 e deste Parecer.
- 4 - A Secretaria de Estado da Educação, através dos seus órgãos competentes, deverá acompanhar o fiel cumprimento deste Parecer.

CESG, em 30 de abril de 1980

a) Cons. Bahij Amin Aur - Relator

III- DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator. Foi Voto Vencido o Conselheiro José Maria Sestílio Mattei.

Presentes os nobres Conselheiros: Antônio Ferreira da Rosa Aquino, Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Lionel Corbeil, Maria Aparecida Tamasso Garcia e Renato Alberto T. Di Dio.

Sala das Sessões, em 07 de maio de 1980

a) Cons. Pe. Lionel Corbeil

Vice-Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 18 de junho de 1980

a) Consa. MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0570/79 (DRE-LITORAL 02857/78)

INTERESSADO: EEIPSG "TARQUÍNIO SILVA"/ SANTOS

ASSUNTO : Recurso das exigências feitas ao PE/78.

DECLARAÇÃO DE VOTO

SOU VOTO VENCIDO:

Em 26 de julho de 1979, em Deliberação Plenária, o Egrégio Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, o Parecer 858/79, publicado no D.O de 03.08.79, que determina que a EEIPSG "Tarquinio Silva", de Santos, deve aumentar a carga horária do curso Supletivo de 2º Grau, de forma a completar, no mínimo, 360 horas-aula por semestre, independentemente do tempo dedicado à Educação Física.

Em 05.09.79, a Escola, em questão, recorreu da decisão do CEE, através de ofício dirigido à Exma. Sra. Conselheira Profa. Maria de Lourdes Mariotto Haidar, D.D. Presidente do Conselho Estadual de Educação, onde volta a insistir que não feriu nenhum dispositivo legal e, ainda mais, mostra o seu desagrado pela forma que o Parecer 858/79, deste colendo Conselho, tratou a orientação da Escola, grifando, na publicação do Parecer (anexo), as expressões: "Currículo tão ralo".
..... , pois bem, que pode aprender um aluno que estude Inglês, apenas duas vezes , por semana durante um único semestre ? . . . , de maneira puramente simbólica.

"....., este mínimo se revela insuficiente para atender às necessidades dos educandos " .

"(lembrou ainda a Escola que possui uma larga e séria falha de serviços prestados à coletividade santista)".

Verificando, criteriosamente, todas as peças do Processo, nada constatamos que possa ter dado a impressão de que a EEIPSG "Tarquinio Silva", de Santos, tenha ferido o dispositivo legal, inclusive, no início da apreciação, o Nobre Conselheiro José Augusto Dias, relator do Parecer 858/79, objeto deste recurso, afirma: - "De um ponto de vista puramente formal, a Escola tem razão: organizou seu currículo de acordo com as normas vigentes, prevendo o mínimo de 350 horas de trabalho escolar por semestre.....".

Ora, se formalmente, legalmente, a Escola está amparada, podemos nós, partindo de PRESSUPOSTOS FILOSÓFICO- EDUCACIONAIS, admitir que a Escola está agindo de forma irregular e, impingirmos nela a necessidade de mudar seu plano de curso?

Não crêem os Nobres Conselheiros, que é da alçada das Divisões Regionais de Ensino homologarem os Planos Escolares das Escolas

sob sua jurisdição, e de competência dos Supervisores Escolares e dos Delegados de Ensino, resolveram, ao nível de Delegacia, estas problemáticas dos Planos Escolares, não permitindo que os pequenos problemas tomem vulto e venham acionar toda a hierarquia da Secretaria de Estado da Educação, chegando até ao Conselho Estadual de Educação?

Parece-me óbvio que esta Casa tem que zelar pela realização dos objetivos maiores da Educação, mas não resolver problemas, criados ao nível de Delegacia, que, no meu entender, poderiam ser resolvidos através de ORIENTAÇÃO EFICIENTE DOS SUPERVISORES aos Diretores das Escolas, fazendo-se sugestões, propondo-se, sugerendo-se, mas nunca determinando que se faça modificação, onde não há motivo de ordem legal. Creio que, através do diálogo franco, aberto, honesto, entre os responsáveis pelas Delegacias e os responsáveis pela organização dos Planos Escolares das Escolas (PE), toda a problemática existente poderia ser solucionada, ao nível de Supervisão!

No caso em pauta, parece-me s.m.j, foram os Nobres Conselheiros, desta Egrégia Casa, induzidos a uma análise filosófico-educacional, motivada por uma morosa, exaustiva, profunda e desnecessária tramitação de um Processo, (entrada na DE-Santos em 14.06.78), julgado neste Conselho em 26.06.79), onde se pediu pronunciamento de uma e outra autoridade; evocou-se Legislação Federal e Estadual, em cima de um problema, que teria solução, na DE de Santos.

Não se levanta, aqui, nenhuma dúvida sobre a competência desta Egrégia Casa, no que se refere a estabelecer normas, principalmente, para o Ensino Supletivo no Sistema Estadual.

Não se discute, portanto, a validade da conclusão do Parecer 858/79, de autoria do Nobre Conselheiro José Augusto Dias, objeto de recurso à Presidência deste Colegiado.

O que não nos parece recomendável é a forma, a terminologia, utilizada na apreciação do caso, que, s.m.j., não teve outra intenção, senão a de atingir uma Instituição de Ensino, altamente conceituada na cidade de Santos- SP.

Sabemos todos que erros existem, que errar é perfeitamente justificável entre os humanos. Que muitos erros chegam até este Colegiado, e, através de análise profunda, tem-se encontrado soluções brilhantes, no sentido de se fazer valer a razão sobre a emoção.

Por que, nobres Conselheiros, não se utilizaram para o erro cometido, pela Escola Santista, as mesmas e SAUDÁVEIS CONCLUSÕES, TÃO COSTUMEIRAS NESTA CASA?

A conclusão do Parecer 858/79, deste Egregio Conselho, foi sábia, quando se referiu aos ideais da Educação, mas, daí, a extrapolar para uma análise mais profunda do currículo, tirando-se conclusões sobre

as intenções da Escola, colocando em, risco , o nome de uma Instituição Educacional que atende de forma satisfatória à comunidade santista há mais de cinquenta anos, parece-me , sobremaneira, demais austera, razão pela qual não acolhe a decisão simples da Câmara do Ensino do 2º Grau, uma vez que, entendo, que as insinuações lançadas sobre a Escola de Educação Infantil e de Primeiro e Segundo Graus "Tarquínio Silva", de Santos, SP, devessem ser consideradas por esta Egregia Casa, no instante em que emite novo Parecer, de autoria do Nobre Conselheiro Bahij Amin Aur.

São Paulo , em 17 de maio de 1980

a) Cons. José Maria Sestilio Mattei